

- a) Área temática: *Filosofia, Cristianismo e História*
- b) Título da Comunicação: *A Fortuna e a Providência: Maquiavel e Calvino, dois olhares sobre a história e a vida.*
- c) Nome Completo e Titulação: Hermisten Maia Pereira da Costa, Doutor.
- d) Instituição que representa: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- e) Texto:

A Fortuna e a Providência: Maquiavel e Calvino, dois olhares sobre a História e a Vida

Abstract:

In this text Costa analyses de fundamental difference between two contemporaries, the Italian Machiavelli (1469-1527) and the French Calvin (1509-1564) concerning the history and the life. He understands that the Machiavelli's concept about Fortune - secularized way of providence - , blind divinity which controls 50% of our life, and the Calvin's concept about Providence, which gives us assurance of God's care in the darkest moments of our existence. Both concepts were important to the understanding of History, Ethics e teaching of both.

Keywords:

Machiavelli, Calvin, Fortune, Providence, Ethics

Resumo:

Neste texto Costa analisa a diferença fundamental entre dois contemporâneos, o italiano Maquiavel (1469-1527) e o francês Calvino (1509-1564) a respeito da história e da vida. Interpreta que o conceito de Maquiavel sobre a *Fortuna* – forma secularizada da providência –, divindade cega que controla 50% de nossa vida, e o de Calvino sobre a *Providência*, que nos propicia a certeza do cuidado de Deus nos momentos mais sombrios de nossa existência, foram determinantes para a visão de história, ética e ensinamentos de ambos.

Palavras Chaves:

Maquiavel, Calvino, Fortuna, Providência, Ética

Introdução:

O sentimento religioso, mesmo sendo recheado de elementos de racionalidade e compreendido dentro dos cânones da razão, tem também elementos inexplicáveis. Sei que este argumento pode ser começado pelo fim; no entanto, neste caso, a ordem dos argumentos não altera a tese: o sentimento religioso pode ser compreendido dentro de uma perspectiva plural na qual se aglutinam elementos de racionalidade e, digamos, de elementos estranhos à razão humana.

O fato é que a religião está presente em todas as culturas e, mesmo que ingenuamente tentemos ignorar, a realidade é que a religião compõe com cores fortes, variando apenas de tona-

lidade, o colorido de todas as culturas, determinando, assim, a visão da realidade e consequentemente a ética e valores destas.¹ A religião é um apanágio do ser humano.² O etnólogo Malinowski (1884-1942), inicia seu livro *Magia, Ciência e Religião*, com esta afirmação: “Não existem povos, por mais primitivos que sejam, sem religião nem magia” ([s.d], p. 19).

1. Maquiavel: nem anjo, nem demônio; um pouco dos dois.³

a) Pensador controvertido.

“Maquiavel é o oposto a um maquiavélico, pois descreve as manhas do poder, pois, como se disse, ‘divulga um segredo’.” (Merleau-Ponty, 1979, p. 76).

Niccolò Machiavelli nasceu em Florença em 03/05/1469, filho do advogado Bernardo e de Bartolomea, sendo o terceiro de quatro filhos do casal. Morreu em 1527.

Maquiavel é considerado “o fundador do pensamento político moderno” (Condren, 1983, p. 93 e 100)⁴ Todavia, sua figura e idéias se constituem numa imagem difusa, onde os conceitos históricos são dos mais variados, contribuindo de forma eloqüente para uma constatação cada vez mais evidente, de que a análise de Maquiavel e de sua obra é algo extremamente complexo .

Entre os conceitos divergentes formulados através da história a respeito de Maquiavel, podemos citar, a título de amostra, o emitido pelo Cardeal-Arcebispo de Cantebury, Reginald Pole, que declarou que *O Príncipe* (1513) foi redigido “pela mão do Demônio” (Cf. Chevallier, 1982, p. 45). É bom lembrar que no Concílio de Trento (1545-1563), *O Príncipe* foi condenado e colocado no *Index* (Cf. Chevallier, 1982, p. 45). Em outra vertente, temos o testemunho de Baruch Espinosa (1632-1677), em sua obra publicada postumamente (1677), *Traçado Político*, onde diz (1973, p. 329):

“Talvez Maquiavel tenha querido, também, mostrar quanto a população se deve defender de entregar o seu bem-estar a um único homem que, se não é fútil ao ponto de se julgar capaz de agradar a todos, deverá constantemente rezear qualquer conspiração e, por isso, vê-se obrigado a preocupar-se consigo próprio e, assim, a enganar a população em vez de a salvar. E estou tanto mais disposto a julgar assim acerca deste habilíssimo autor quanto mais se concorda em considerá-lo um partidário constante da liberdade e quanto, sobre a maneira necessária a conservar, ele deu opiniões muito salutares”.

¹ “Por toda a parte, até hoje, tem sido o sentimento religioso a inspiração, a substância, ou o cimento das instituições livres, onde quer que elas duram, enraízam, e florescem” (Barbosa, 1929, p. 433).

² Thomas Hobbes (1974, p. 69) em 1651, conclui que a religião é exclusividade do ser humano: “Verificando que só no homem encontramos sinais, ou frutos da *religião*, não há motivo para duvidar que a semente da *religião* se encontra também apenas no homem, e consiste em alguma qualidade peculiar, ou pelo menos em algum grau eminente dessa qualidade, que não se encontra em outras criaturas vivas”.

³ Quanto às opiniões diferentes a respeito de Maquiavel e sua obra, vejam-se: Cassirer, 2003, p. 145-159; Chevallier, 1982, p. 44ss.

⁴ Abbagnano (1984, Vol. 5, p. 56) o chama de “primeiro escritor político da Idade Média”.

Contudo, o testemunho favorável a Maquiavel mais famoso, é o de J.J. Rousseau (1712-1778), no seu *Contrato Social* (1762) (1973, p. 95), quando diz que Maquiavel “fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos. *O Príncipe* de Maquiavel é o livro dos republicanos”.⁵

Da mesma forma, um contemporâneo nosso, Marcílio Marques Moreira (1985, p. 113) afirma no mesmo diapasão que “Maquiavel pode e deve ser considerado como precursor da tradição democrática moderna”.

Particularmente, com a ousadia talvez da ignorância, não compartilho das idéias de Espinosa, Rousseau e Moreira; por outro lado, não vou tão longe como o Cardeal Pole. De qualquer forma, tenho de admitir que *O Príncipe* é um “tratado de pedagogia” (Cambi, 1999, p. 246). Analisemos então o pensamento de Maquiavel.

Como bem sabemos, Maquiavel desejando alcançar a graça do príncipe Lorenzo II (1492-1519),⁶ escreveu *O Príncipe* em 1513, dedicando-lhe a sua obra. Ao que parece, o seu livro só foi entregue a Lorenzo em 1515, em forma manuscrita. O príncipe recebeu o livro friamente e, possivelmente, jamais o leu (Cf. Chevallier, 1982, p. 44).

Maquiavel é o teórico do resultado; o Estado não pode estar preso aos valores morais prevaletentes (Cf. Paim, 1999, p. 57). No caso de *O Príncipe*, ele propõe a perpetuação do governante no poder. Para alcançar seus objetivos, todos os meios são válidos. Assim, ao príncipe ele sugere a venda de um perfil que represente as virtudes consideradas relevantes pelo povo, tais como: piedade, fidelidade, humanidade, integridade e religiosidade. No comportamento e palavras do príncipe, devem estar sempre embutidas a aparência destas qualidades consideradas relevantes pelo povo.

Como que querendo se desculpar desses princípios – conforme observou Napoleão⁷ –, Maquiavel afirma que “se os homens todos fossem bons, este preceito seria mau” (Maquiavel, 1973, p. 80). No capítulo XVII de sua obra, Maquiavel já havia tratado desse assunto, dizendo que os homens são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro (Maquiavel, 1973, p. 76).

b) História, Religião e Poder.

Dentro da hipocrisia oficializada por Maquiavel, encontramos a priorização da religiosidade, como meio do príncipe permanecer no poder. Nesta visão extremamente pessimista a

⁵Veja-se também, Aron, 1985, p. 99ss.

⁶Vejam-se a carta dedicatória ao príncipe na obra (Maquiavel, 1973, p. 9-10). Na mesma edição encontra-se a carta escrita por Maquiavel ao Embaixador Florentino Francesco Vettori, em 10/12/1513, p. 117-120.

respeito do homem – que, por ser essencialmente o mesmo, age sempre dirigido pelas mesmas motivações, paixões e interesses (Cf. Mora, 2001, Vol. 3, p. 1856) –, Maquiavel diz que “os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que sabem sentir. Todos vêem o que tu pareces, mas poucos o que és realmente....” (Maquiavel, 1973, p. 81). Assim sendo, o que realmente importa são os resultados obtidos. Os meios serão sempre considerados bons se alcançarem os objetivos propostos. Alguém poderia argumentar: os fins propostos estão associados ao “bem comum”. De fato. Contudo, quem estabelece o “bem comum” não é o príncipe? Logo, o “bem comum” é dele o do que ele julgar comum aos súditos. (Veja-se: Cassirer, 2003, p. 176). É justamente aí que reside o poder; em utilizar uma estratégia adequada para que o príncipe permaneça no poder. Os fins justificam os meios! (Maquiavel, 1973, p. 81).⁸ Sustenta que o fato de Rômulo ter matado seu irmão Remo, é justificado pelo seu objetivo e sucesso em alcançá-lo: “Nenhum espírito esclarecido reprovará quem se tenha valido de uma ação extraordinária para instituir um reino ou uma república. Alguém pode ser acusado pelas ações que cometeu, e justificado pelos resultados destes. E quando o resultado for bom, com no exemplo de Rômulo, a justificação não faltará” (Maquiavel, 1979, I.9, p. 49).

Como exemplo de alguém que ilustre de forma concreta sua tese, cita Fernando de Aragão, o católico (1452-1516), que em 02/02/1492 invadira Granada, o último baluarte mouro na Península Ibérica, marcando assim, a vitória definitiva do catolicismo sobre os muçulmanos na Península. Na opinião de Maquiavel, o rei Fernando apenas usava da religião, sendo de fato um homem irreligioso (Maquiavel, 1973, p. 8 e 99).

Assim, Maquiavel propõe uma ética “nariz de cera”, que se inclina sempre para a estratégia que se mostrar mais efetiva na consumação de seu objetivo. Na elaboração de seus princípios, Maquiavel considera a História como mestra, emitindo conceitos que se coadunam com os exemplos extraídos da mesma, daí as suas normas serem sempre ilustradas por fatos históricos, quer pretéritos, quer presentes.

Parece-nos relevante destacar que a sua visão cíclica da história⁹ gera um fatalismo cíclico. Deste modo, a sociedade é composta por indivíduos que ocupam um lugar predeterminado,

⁷ Na passagem citada infra, Napoleão Bonaparte, enquanto General, anotou na margem de seu livro: “Retratção pública de moralista” (Maquiavel, 1977, p. 99).

⁸ De fato, Maquiavel apesar de propor em toda a sua obra este conceito, ele não o empregou textualmente em nenhum momento. Ao que parece, uma frase similar foi emitida pelo padre jesuíta Hermann Busenbaum (1602-1668), que escreveu: “Quando o fim é lícito, os meios também são lícitos” (*Medulla Theologiae Moralis*, IV.3.2. *Apud* Abbagnano, 1982, p. 615).

⁹ Dentro desta perspectiva, o curso dos acontecimentos é comandado por uma necessidade absoluta que dirige a história sem um objetivo final, conduzindo-nos a fatalismo cíclico. Deste modo, o homem é apenas um espectador do universo que pode até prever os eventos, todavia, não mudá-los (Ver: Piper, 1956, p. 15).

aos quais não competem modificá-los, apenas conservá-los. Coerente com este conceito, Maquiavel, respaldado por uma prática já consagrada na história, teoriza a respeito do *modus vivendi* e *modus faciendi* dos homens e, neste ato, ele ajuda a perpetuar uma prática convencional.

Maquiavel entende que 50% de nossa vida e destino estão entregues à Sorte ou Fortuna, “divindade cega” (Chevallier, 1982, p. 84), ou melhor, divindade que nos cega para não escaparmos de seus desígnios (Maquiavel, 1979, II. 29, p. 291-293). Notemos que aqui Maquiavel substitui a palavra *Providência* por *Fortuna*; no entanto, mais do que a palavra, ele modifica o conceito; a *Fortuna* em Maquiavel é a forma secularizada da Providência; é uma espécie de poder do acaso que age visivelmente por meio das vicissitudes às quais todos estão sujeitos (Cf. Spitz, Maquiavel, 2003, Vol. 2, p. 127b. Veja-se: Cassirer, 2003, p. 188ss). A outra metade é comandada pelo nosso livre arbítrio (Maquiavel, 1973, p. 109 e 114). Deste modo, os homens podem conquistar parte da sorte pela “*virtù*”,¹⁰ mas nunca opor-se a ela, aos seus desígnios. No entanto a *Sorte* é bastante passional: “Estou convencido de que é melhor ser impetuoso do que circunspecto, porque a sorte é mulher, e para dominá-la, é preciso bater-lhe e contrariá-la. E é geralmente reconhecido que ele se deixa dominar mais por estes do que por aqueles que procedem friamente. A sorte, como mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são menos circunspectos, mais ferozes e com maior audácia a dominam” (Maquiavel, 1973, p. 111). Por isso, para escapar de um fatalismo rígido, Maquiavel sugere a conquista de parte do território governado pela fortuna, pela “*virtù*”, que é a capacidade de liderança e de grandes feitos (Cf. Moreira, 1985, p. 106-107 e Touchard, 1959, Vol. 2, p. 23). O caminho de que dispomos é a “oportunidade”. Compete ao príncipe – a exemplo de Moisés, Ciro, Teseu, entre outros – usar do seu livre arbítrio¹¹ para não entregar seu futuro simplesmente à sorte. “... digo que se vê hoje o sucesso de um príncipe e amanhã a sua ruína, sem ter havido mudança das suas qualidades. Creio que a razão disso, conforme o que se disse anteriormente, é que, quando um príncipe se apóia totalmente na fortuna, arruína-se segundo as variações daquela. Também julgo feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as particularidades dos tempos, e infeliz o que faz discordar dos tempos a sua maneira de proceder” (Maquiavel, 1973, p. 110).

Curiosamente, Maquiavel não está preocupado em tratar de qual seja a melhor forma de governo; ele objetiva apenas fornecer, amparado nos exemplos históricos, uma estratégia efi-

¹⁰ Moreira (1981, p. 27) observa que “Maquiavel retoma, e transforma em símbolo, o conceito de *virtù*, deusa pagã, a ela apenas se referindo em sua forma italiana e no singular, em contraste com o plural latino *virtudes*, da tradição cristã”.

caz de fazer reinar a ordem social sob o domínio do príncipe. Deste modo, ele mostra as coisas como lhes parece, não necessariamente como desejasse que fossem. Sua visão é essencialmente pragmática.

“Todavia, como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruine entre tantos que são maus.

“Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade” (Maquiavel, 1973, p. 69).

Se olharmos com extrema bondade e ingenuidade sua ética, poderá parecer-nos que Maquiavel apenas expõe um “imperativo hipotético” sem nenhum compromisso com a moralidade ou não de seus fins.¹² Acredito, contudo, que o “imperativo hipotético” só se torna destituído desta responsabilidade, na hipótese da ignorância dos objetivos da pessoa a quem ele é dirigido. Assim, se alguém me pergunta sobre a melhor maneira de matar um homem, posso dizer-lhe sobre o emprego de uma arma; todavia, se esta mesma pessoa me diz que pretende matar um homem e me faz a pergunta referida acima, não posso indicar-lhe o meio sem me tornar de alguma forma responsável por parte do seu crime, caso venha a se concretizar. O curioso, é que ninguém pediu os conselhos de Maquiavel, ele é quem voluntariamente os deu.

Analisando outra vertente, podemos observar que o tipo de meio que eu emprego, deve se harmonizar eticamente com o meu objetivo; os meios revelam os meus fins. Deste modo, a proposta de hipocrisia, de não manutenção da palavra, entre outras, feita por Maquiavel, deve ser olhada como o caminho sugerido por um imoral, rumo a uma moralidade falsa e perniciososa que, a rigor, é uma imoralidade. O “realismo” de Maquiavel parece-nos, se a sua descrição da realidade for correta, uma colaboração bem elaborada para que ela permaneça com muito boa saúde.

Se, por outro lado, Maquiavel apenas emitiu seus conceitos para agradar o príncipe e, decididamente, não cria no que preceituou, encontramos mais uma vez a fragilidade do seu caráter: seus interesses pessoais (ou mesmo coletivos), fazem-no expressar e perpetuar conceitos que ele abomina. Nesse caso, sua ambição foi inconseqüente. Podemos aplicar seu conceito à sua prática. Em outro lugar, Maquiavel escreveu (1979, II.20, p. 264): “A ambição do homem é tão violenta que, para satisfazer o desejo do momento, não reflete nas desvantagens resultantes”.

¹¹ “Deus não quer fazer tudo, para não nos tolher o livre arbítrio e parte da glória que nos cabe” (Maquiavel, 1973, p. 114).

¹² Kant (1974, p. 219) afirma: “O imperativo hipotético diz, pois, apenas que a ação é boa em vista de qualquer intenção possível ou real”.

Considero conclusivas as palavras de E. Cassirer (2003, p. 174,175):

“Maquiavel considerava a luta política como um jogo de dados. Tinha estudado profundamente as regras do jogo. Mas não tinha a menor intenção de alterar ou criticar essas regras. A sua experiência política ensina-lhe que nunca o jogo político fora jogado sem fraude, mentira, traição e felonias. Ele nem recomendava nem reprovava essas coisas. A sua preocupação era descobrir o melhor lance – o lance que ganha a partida. (...) Maquiavel, na sua teoria, esquece que o jogo político se joga com verdadeiros homens, e não com marcas, e que o que está em jogo é a felicidade ou desgraça desses homens”.

2. João Calvino: Providência e Responsabilidade.

a) Sua Formação.

Calvino foi, sem dúvida, o principal arquiteto da tradição Reformada do Protestantismo (Cf. Battles, 1978, p. 7). Vejamos como isso se deu. João Calvino nasceu em 10 de julho de 1509 em Noyon, Picardia, sendo o segundo filho de uma família de cinco irmãos (Cf. Beza, 2006, p. 8). Seu pai, Gérard Cauvin era de origem humilde; sua mãe, Jeanne LeFranc, uma senhora piedosa, proveniente de família abastada, morreu quando Calvino tinha uns 5 ou 6 anos. Como Gérard era secretário apostólico de Charles de Hangest – bispo de Noyon (1501-1525) – e procurador fiscal do município, sua família mantinha íntimas relações com as famílias nobres de sua região, sendo ele próprio um ambicioso visionário que procurou encaminhar a educação de seus filhos da melhor maneira possível usando dos meios e recursos de que dispunha.

Posteriormente, Calvino, acompanhado de alguns amigos, filhos de nobres de sua terra natal, foi para Paris, onde recebeu treinamento para o sacerdócio, estudando alguns meses no *Collège de la Marche* (Humanidades e Latim) (agosto de 1523),¹³ tendo como mestre o grande humanista Maturinus Corderius. Posteriormente foi para uma escola menos requintada em seus costumes e mais dura em sua disciplina e de orientação escolástica: *Collège de Montaigu*¹⁴ (Gramática, Filosofia e Teologia) (1524), – por onde também passaram Erasmo de Roterdã e Rabelais (c. 1483-1553) –, estudando sob a direção de um mestre espanhol grandemente competente, Antonio Coronel, com quem Calvino fez grandes progressos, destacando-se entre os seus colegas no estudo da gramática. Neste período, Calvino foi também, ao que parece, grandemente influenciado por outro de seus professores, que havia retornado a Montaigu (1525-1531), o escocês John Major (ou Mair) (1469-1550), Major que era nominalista ao seu modo, tentou fazer uma síntese entre o nominalismo e o realismo.

¹³ McGrath (2004, p. 37-43) discute a possibilidade de esta interpretação tradicional ser equivocada. Em sua opinião Calvino não estudou no Collège de la Marche.

¹⁴ As regras do Collège de Montaigu eram bastante rígidas e a alimentação precária. É famosa a descrição de Erasmo a respeito desta Escola. Entre outros trabalhos, vejam-se: (Erasmus, 1965, p. 351-353; Bainton, 1988, p. 39ss. e McGrath, 2004, p. 44-45. Para um estudo detalhado de Montaigu, a obra clássica é a de Marcel Godet (1912, 220p).

Em 1528 – concluído o seu curso de Artes –, por determinação de seu pai, Calvino foi estudar na concorrida universidade de Orléans, de cunho mais humanista, onde se dedicaria ao estudo de Direito civil. Lá tornou-se Bacharel em Direito (“licencié ès lois”) (14/2/1531). Como Calvino resolveu deixar a universidade antes de completar os estudos, a Academia – em reconhecimento aos seus serviços prestados – resolveu por voto unânime de seus professores conferir-lhe o grau de Doutor em Direito, sem cobrar-lhe as taxas habituais; no entanto, não há consenso se Calvino aceitou ou não o título. Foi então para Bourges certamente atraído pelo famoso humanista e mestre de Direito, o italiano Andreas Alciati (1492-1550), “um jurista de primeira linha, teórico da soberania do Príncipe” (Ladurie, 1999, Vol. 1, p. 325). Na já famosa Universidade de Bourges, fundada em 1463 por Luís XI, estudaria com Alciati e Melchior Wolmar, a quem conhecera em Orléans.

Quando um de seus amigos, Nicolás Cop foi eleito reitor da Universidade de Paris, Calvino talvez o tenha ajudado a preparar o seu discurso,¹⁵ que foi lido na igreja dos Maturinos, como de costume no dia 1º de novembro de 1533. Neste discurso propunha-se uma reforma na Igreja. A resposta foi imediata; Cop e Calvino tiveram de fugir de Paris; Cop voltou à sua terra natal, Basiléia e Calvino para outras cidades francesas. Em 1534, Calvino completaria 25 anos, idade legal para ser ordenado. Este é o momento de assumir de fato a sua fé e ofício. Assim, em 4 de maio de 1534, voltou a Noyon e renunciou aos benefícios eclesiásticos. As perseguições então intensificaram-se. Novamente ele inicia suas peregrinações: Paris, Angoulême, Poitiers; passaria algum tempo na Itália, Estrasburgo e Basiléia (1535). Como fica evidente, nesse ínterim, Calvino havia sido convertido ao protestantismo; a questão é: como e quando?

b) Sua Adesão ao Protestantismo.

Não nos é possível precisar as circunstâncias e data da “súbita conversão” de Calvino, contudo as evidências apontam para um período entre (c. 1532-1534), portanto, em Orléans ou Paris. Sem adentrarmos em especulações, contentemo-nos com suas palavras: No que se refere à sua conversão, em 1539 diz: "Contrariado com a novidade, eu ouvia com muita má vontade e, no início, confesso, resisti com energia e irritação; porque (tal é a firmeza ou descaramento com os quais é natural aos homens resistir no caminho que outrora tomaram) foi com a maior dificuldade que fui induzido a confessar que, por toda minha vida, eu estivera na ignorância e no erro" (Calvino, 1990, p. 63). Na introdução do seu comentário de Salmos

¹⁵ Este ponto não é consensual entre os especialistas. Vejam-se: Ganoczy, 1987, p. 80-83; Daniel-Rops, 1996, p. 370; Pannier, 2006, Vol. 1, p. 10.

(1557), descreve: "Inicialmente, visto eu me achar tão obstinadamente devotado às superstições do papado, para que pudesse desvencilhar-me com facilidade de tão profundo abismo de lama, Deus por um ato súbito de conversão, subjuguou e trouxe minha mente a uma disposição suscetível, a qual era mais empedernida em tais matérias do que se poderia esperar de mim naquele primeiro período de minha vida" (Calvino, 1999, Vol. 1, p. 38). Também na já citada carta ao Cardeal Sadoletto (01/09/1539), Calvino descreve suas angústias espirituais no romanismo, resultantes do que a Igreja pregava (Calvino, 1990, p. 61-64). No entanto, em nenhum momento, Calvino menciona como isso se deu.

c) O Conforto de Confiar no Deus da Providência.

"Nos fins da Idade Média pesava na alma do povo uma tenebrosa melancolia", constata o holandês Huizinga (1978, p. 31). Os séculos anteriores à Reforma são descritos como período de grande ansiedade.¹⁶

Lutero (1483-1546) e as suas famosas angústias espirituais, espelhava "a epítome dos medos e das esperanças de sua época" (George, 1994, p. 26). Calvino, ainda que não sendo dominado por esse sentimento, refletia uma constatação natural: a fragilidade humana. Sobre os perigos próprios da vida, relaciona:

"Incontáveis são os males que cercam a vida humana, males que outras tantas mortes ameaçam. Para que não saíamos fora de nós mesmos: como seja o corpo receptáculo de mil enfermidades e dentro de si, na verdade, contenha inclusas e fomenta as causas das doenças, o homem não pode a si próprio mover sem que leve consigo muitas formas de sua própria destruição e, de certo modo, a vida arraste entrelaçada com a morte.

"Que outra cousa, pois hajais de dizer, quando nem se esfria, nem sua, sem perigo? Agora, para onde quer que te voltes, as cousas todas que a teu derredor estão não somente não se mostram dignas de confiança, mas até se afiguram abertamente ameaçadoras e parecem intentar morte pronta. Embarca em um navio: um passo distas da morte. Monta um cavalo: no tropeçar de uma pata a tua vida periclitada. Anda pelas ruas de uma cidade: quantas são as telhas nos telhados, a tantos perigos estás exposto. Se um instrumento cortante está em tua mão ou de um amigo, manifesto é o detrimento. A quantos animais ferozes vês, armados estão-te à destruição. Ou que te procures encerrar em bem cercado jardim, onde nada senão amenidade se mostre, aí não raro se esconderá uma serpente. Tua casa, a incêndio constantemente sujeita, ameaça-te pobreza durante o dia, durante a noite até mesmo sufocação. A tua terra de plantio, como esteja exposta ao granizo, à geada, à seca e a outros flagelos, esterilidade te anuncia e, dela a resultar, a fome. Deixo de referir envenenamentos, emboscadas, assaltos, a violência manifesta, dos quais parte nos assedia em casa, parte nos acompanha ao largo.

"Em meio a estas dificuldades, não se deve o homem, porventura, sentir assaz miserável, como quem na vida apenas semivivo, sustenha debilmente o sôfrego e lânguido alento, não menos que se tivesse uma espada perpetuamente a impender-lhe sobre o pescoço?" (Calvino, 1985, I.17.10).

"Não há parte de nossa vida que não se apresse velozmente para a morte" (Calvino, 2002, p. 585). "E o que mais somos nós senão um espelho da morte?" (Calvino, 2002, p. 586).

No entanto, Calvino não termina seu argumento numa descrição "existencialista" da vida, mas, na certeza própria de um coração dominado pela Palavra de Deus. Assim, ele conclui

¹⁶ Tillich (1976, p. 44 e 45) denomina a ansiedade predominante nos fins da Idade Média de "ansiedade moral" e "ansiedades da culpa e da condenação". Vejam-se também: Tillich, 1988, p. 210ss.; May, 1980, p. 175ss.; George, 1994, p. 25ss.; Delumeau, 1993, *passim*.

falando da “incalculável felicidade da mente piedosa” (Calvino, 1985, I.17.10). “Quando, porém, essa luz da Divina Providência uma vez dealbou ao homem piedoso, já não só está aliviado e libertado da extrema ansiedade e do temor de que era antes oprimido, mas ainda de toda preocupação. Pois assim como, com razão, se arrepia de pavor da Sorte, também assim ousa entregar-se a Deus com plena segurança” (Calvino, 1985, I.17.11).

“... o homem crente e fiel é levado a contemplar, mesmo nessas coisas, a clemência de Deus e Sua bondade paternal. E assim, ainda que se sinta consternado pela morte de todos os que lhe são chegados e veja sua casa deserta, não deixará de bendizer a Deus. Antes se dedicará a meditar: Visto que a graça de Deus habita em sua casa, não a deixará triste e vazia; ainda que as suas vinhas e suas lavouras sejam destruídas pela geada, pela saraiva ou por qualquer outro tipo de tempestade, prevenido-se por isso o perigo de fome, ainda assim ele não perderá o ânimo e não ficará descontente com Deus. Em vez disso, persistirá em sua firme confiança, dizendo em seu coração: Apesar disso tudo, estamos sob a proteção de Deus, somos ‘ovelhas de sua mão’ e ‘rebanho do seu pastoreio’. Por mais grave que seja a improdutividade da terra, Ele sempre nos dará o sustento. Mesmo que o crente padeça enfermidade, não se deixará abater pela dor nem se deixará arrastar pela impaciência e queixar-se de Deus. Ao contrário, considerando a justiça e a bondade do Pai celestial nos castigos que nos ministra, o crente fiel se deixará dominar pela paciência” (Calvino, 2006, Vol. IV, p. 195-196).

Calvino admite que para qualquer lado que olharmos encontraremos sempre desespero, até que tornemos para Deus, em Quem encontramos estabilidade no meio de um mundo que se corrompe (Calvino, 2002, p. 586).

d) Os Caminhos Misteriosos da Providência.

“A maior de todas as misérias é o desconhecimento da providência de Deus; e a suprema bem-aventurança é conhecê-la” (Calvino, 1985, I.17.11).

“Não há homem de mente tão embotada e estúpida que não consiga ver, bastando dar-se ao trabalho de abrir seus olhos para o fato de que é pela espantosa providência de Deus que os cavalos e bois prestam seus serviços aos homens – que as ovelhas produzem lã para vesti-los –, e que todas as sortes de animais os suprem de alimento para sua nutrição e sustento, mesmo de sua própria carne” (Calvino, 1999, Vol. 1, p. 173).

A compreensão de Calvino a respeito da direção de Deus sobre todas as coisas, ao contrário do que poderia parecer, não o leva à ociosidade ou a um tipo de perspectiva fatalista afirmando que nada podemos fazer a não ser nos contentar com o que está previamente fixado por uma causa sobrenatural. Pelo contrário, sua compreensão de providência de Deus inspira-o ao trabalho, consciente de que somos instrumentos de Deus para a execução do Seu sábio e eterno propósito. Esta doutrina tem, portanto, uma “urgência pragmática” para todo o povo de Deus. O tempo é um recurso precioso que Deus nos concede para o progresso em todas as esferas de nossa vida (Calvino, 1997, p. 140).

Ilustremos a visão de Calvino em sua própria existência: Em 1539, Calvino, o jovem de 30 anos, podia tornar a fazer o que julgava determinado à sua vida: o estudo, a reflexão e a pregação. Com este objetivo, dirige-se a Estrasburgo. Ele deveria ter chegado a Estrasburgo em 1536, contudo, por encontrar-se impedida a estrada que daria acesso direto àquela cidade, teve de pernoitar em Genebra, “não mais que uma noite”. No entanto, o tímido e discreto Calvino que desejava passar anônimo, foi descoberto... Então teve seu encontro dramático com o pastor Guilherme Farel (1489-1565) que o persuadiu a permanecer em Genebra e, juntos, levar adiante a Reforma que oficialmente fora adotada “democrática e unanimemente pelo Conselho Geral” naquela cidade, em 21 de maio de 1536. Calvino, mais tarde, em 1557, relembrou o fato, diria que Farel o convenceu, “não propriamente movido por conselho e exortação, e, sim, movido por uma fulminante imprecisão, a qual me fez sentir como se Deus pessoalmente, lá do céu, houvera estendido sua poderosa mão sobre mim e me aprisionado”. Continua: “E, ao descobrir [Farel] que meu coração estava completamente devotado aos meus próprios estudos pessoais, para os quais desejava conservar-me livre de qualquer outras ocupações, e percebendo ele que não lucraria nada com seus rogos, então lançou sobre mim uma imprecisão, dizendo que Deus haveria de amaldiçoar meu isolamento e a tranqüilidade dos estudos que eu tanto buscava, caso me esquivasse e recusasse dar minha assistência, quando a necessidade era em extremo premente”. Farel conseguiu: “Sob o impacto de tal imprecisão, eu me senti tão abalado de terror, que desisti da viagem que havia começado” (Calvino, 1999, Vol. 1, p. 40-41). Depois de tentarem implantar de fato a reforma em Genebra, em 1538, com a mudança política, Calvino e Farel foram expulsos da cidade.

Deus dirige todos os eventos: crê. Agora, finalmente está em Estrasburgo disposto a recomeçar sua vida pastoral e de estudo, tendo então, como marco desta nova fase, a redação do seu comentário do livro que considerava o principal das Escrituras: A Epístola de Paulo aos Romanos (1539).

Não sabia Calvino que em Estrasburgo encontraria um outro “Farel”, chamado Martin Bucer (1491-1551) que, “empregando um gênero similar de censura e protesto ao que Farel recorrera antes, arrastou-me de volta a uma nova situação. Alarmado com o exemplo de Jonas, o qual ele pusera diante de mim, ainda prossegui na obra do ensino. E embora continuasse como sempre fui, evitando por todos os meios a celebridade, todavia fui levado, sem o saber, como pela força, a comparecer às assembléias imperiais, onde, voluntária ou involuntariamente, fui forçado a aparecer ante os olhos de muitos” (Calvino, 1999, Vol. 1, p. 41-42).

A situação política muda em Genebra. Assim, em 22 de outubro de 1540 – entre outras cartas enviadas –, o Conselho dos Duzentos resolve convidar Calvino a voltar a Genebra; ele he-

sita; em 1º de maio de 1541, o Conselho Geral, por considerar Calvino e Farel “pessoas de bem e de Deus”, revoga o edito de banimento de 1538. Farel, que convencera Calvino em 1536 a permanecer em Genebra, agora, a pedido do Conselho daquela cidade – visto que Calvino não atendera ao seu convite –, convence Calvino a retornar a Genebra em 1541. Em agosto do mesmo ano, Calvino já se decidira; mesmo desejando permanecer em Estrasburgo, voltaria a Genebra: “Mas quando eu me lembro que não pertenço a mim próprio, eu ofereço meu coração, apresentado como um sacrifício ao Senhor” (Calvin, “Letter to Farel,” 1998, nº 73). Na manhã de terça-feira de 13/9/1541 os magistrados de Genebra, precedidos por um a-rauto, foram receber Calvino, percorrendo o mesmo caminho que ele e Farel fizeram três anos antes, passando pela porta Cornavin em direção Versoix. Neste mesmo dia, Calvino entra em Genebra; no dia 16, escreve a Farel dando-lhe notícia da sua entrevista com os Magistrados e dos passos para a elaboração da forma para disciplina eclesiástica (Calvin, , “Letter to Farel,” 1998, nº 76). A partir de então, Calvino dá prosseguimento à implantação de uma intensa reforma naquela cidade. Mais tarde (1557), ele contaria que regressou a Genebra com lágrimas, tristeza, ansiedade e abatimento, contrariando a sua “aspiração e inclinação”; contudo, ele tinha dentro de si um sentimento maior do que simplesmente fazer o que desejava; confessa: “o bem-estar desta Igreja, é verdade, era algo tão íntimo de meu coração, que por sua causa não hesitaria a oferecer minha própria vida; minha timidez, não obstante, sugeriu-me muitas razões para escusar-me uma vez mais de, voluntariamente, tomar sobre meus ombros um fardo tão pesado. Entretanto, finalmente uma solene e conscienciosa consideração para com meu dever prevaleceu e me fez consentir em voltar ao rebanho do qual fora separado” (Calvino, 1999, Vol. 1, p. 42). Mas, como ele mesmo diria, comentando o Salmo 13, “é pela fé que tomamos posse de Sua providência invisível” (Calvino, 1999, Vol. 1, p. 262). Comentando o Salmo 18, diz: “Não há nada mais miserável do que uma pessoa, em adversidade, que entra em desespero por agir segundo o mero impulso de sua própria mente e não em obediência à vocação divina” (Calvino, 1999, Vol. 1, p. 354). Em tudo isso, ele via a mão de Deus agindo por meio dos eventos e da modelagem de sua vontade.

A sua tarefa não foi fácil nem tranqüila (Ver: Calvino, 1998, p. 306). No entanto, ele tinha a convicção de ser um instrumento de Deus para levar adiante o seu propósito em Genebra na edificação da igreja de Deus. Descrevendo a confiança de Davi, a sua fé em meio a temores, diz: “A verdadeira prova de fé consiste nisto: que quando sentimos as solicitações do medo natural, podemos resisti-las e impedi-las de alcançarem uma indevida ascendência. Medo e esperança podem parecer sensações opostas e incompatíveis, contudo é provado pela observação que esta nunca domina completamente, a não ser quando exista aí alguma medida daque-

le. Num estado de tranqüilidade mental não há qualquer espaço para o exercício da esperança” (Calvino, 1999, Vol. 2, p. 495. Também: Vol. 2, 329). Wallace interpreta acertadamente que “os escritos teológicos de Calvino sobre a questão da providência podem freqüentemente ser lidos como um testemunho pessoal da fé que o sustentou na obra da sua vida” (Wallace, 2003, p. 213).

Calvino permaneceu em Genebra até o fim de sua vida (17/5/1564) implementando intensa reforma que se tornou modelo e inspiração especialmente para o mundo ocidental.

Cerca de 300 anos depois, um erudito católico francês, Ernest Renan (1823-1892), como um dos primeiros historiadores da França, revela a sua incompreensão diante da figura inquietante daquele personagem distante no tempo e nas idéias, mas, que continuava vivo em seu país e em quase todo mundo Ocidental. Assim, nos seus *Estudos da História das Religiões*, revela sua perplexidade, dizendo ter sido ele, “o maior cristão do seu século” (Renan, 1857, p. 342).

Considerações Finais.

Maquiavel e Calvino, dois personagens contemporâneos, com duas cosmovisões tão distintas e, em muitos aspectos excludentes, marcaram a história de forma indelével. A influência de ambos permanece até os nossos dias. As suas percepções, inclusive religiosas, moldaram suas compreensões da vida, da ética e da História. Logicamente tudo isso delineou os ensinamentos e comportamento de cada um. Maquiavel, no uso do que acredita ser livre arbítrio, negocia, em tons racionais e místicos, com a *Sorte (Fortuna)* tentando lidar com a maldade humana e tomar com habilidade – “*virtù*” – parte do controle de seu destino entendendo que este fim é nobre, portanto, os meios que usar são lícitos.

Calvino, diferentemente, crê na direção da História por parte de um Deus soberano, santo, sábio, justo, misericordioso e amoroso. Ele se vê – como a todos os seres humanos –, como agente da História que tem parte na execução do propósito de Deus dentro de sua esfera de ação; nas pequenas e grandes coisas. Ou seja: somos meios ordinários por meio dos quais Deus dirige a História; devemos assumir, portanto, as nossas responsabilidades procurando sempre agir conforme os ensinamentos bíblicos. Deste modo, devemos procurar harmonizar os nossos ideais aos meios e aos fins de Deus que, em última instância, se concretizam na glória de Deus, que é o alvo final de nossa existência (1Co 10.31). (Cf. Calvin, 1958, Vol. 2, p. 37; Calvino, 2003, p. 11).

Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1984, Vol. 5.
- ARON, Raymond. *Estudos políticos*. 2ª ed. Brasília, DF.: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- BAINTON, Roland H. *Erasmus da cristandade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, (1988).
- BARBOSA, Ruy. *Cartas de Inglaterra*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Academica Saraiva & C. - Editores, 1929.
- BATTLES, Ford Lewis. *Preface*: In: BATTLES, F.L. & TAGG, Stanley, transl. and eds. *The Piety of John Calvin: an anthology Illustrative of the Spirituality of the Reformer*. Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, 1978.
- BEZA, Theodoro de. *A vida e a morte de João Calvino*. Campinas, SP.: Luz para o Caminho, 2006.
- CALVIN, John. *John Calvin collection*. [CD-ROM], Albany, OR: Ages Software, 1998.
- CALVIN, John. *Catechism of the Church of Geneva*: In: CALVIN, John. *Tracts and treatises on the doctrine and worship of the church*. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1958, 3 Vols.
- CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. Campinas, SP/São Paulo: Luz para o Caminho/Cultura Cristã, 1985, Vols. 1 e 2.
- CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã: edição especial com notas para estudo e pesquisa*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, 4 Vols.
- CALVINO, João. *As pastorais*. São Paulo: Paracletos, 1998.
- CALVINO, João. *Exposição de hebreus*. São Paulo: Edições Paracletos, 1997.
- CALVINO, João. *Instrução na fé*. Goiânia, GO: Logos Editora, 2003.
- CALVINO, João. *O Livro dos salmos*. São Paulo: Paracletos, 1999, Vols. 1 e 2.
- CALVINO, João. *O Livro dos salmos*. São Paulo: Parakletos, 2002, Vol. 3.
- CALVINO, Juan. *Respuesta al cardeal Sadoletto*. 4ª ed. Barcelona: Fundación Editorial de Literatura Reformada, 1990.
- CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP., 1999.
- CASSIRER, Ernst. *O mito do estado*. São Paulo: Códex, 2003.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. 3ª ed. Rio de Janeiro/Brasília, DF.: Agir/Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CONDREN, Conal. Marsílio e Maquiavel: In: FITZGERALD, Ross, org. *Pensadores políticos comparados*. Brasília, DF.: Editora Universidade de Brasília, 1983.

- DANIEL-ROPS. *A igreja da renascença e da reforma: I. A reforma protestante*. São Paulo: Quadrante, 1996.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. 2ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ERASMUS, D. *The colloquies of Erasmus*. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.
- ESPINOSA, Baruch. *Tratado político*. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. 17), 1973.
- GANOCZY, Alexandre. *The young Calvin*. Philadelphia: The Westminster Press, 1987.
- GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1994.
- GODET, Marcel. *La congrégation de Montaigu*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1912.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. XIV), 1974.
- HUIZINGA, Johan. *O declínio da idade média*. São Paulo: Verbo/EDUSP., 1978.
- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. XXV), 1974.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O mendigo e o professor: a saga da família Platter no século XVI*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, Vol. 1.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Magia, ciência e religião*. Lisboa: Edições Setenta, (s.d.).
- MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília, DF.: Editora Universidade de Brasília, (Coleção Pensamento Político, Vol. 3), 1979.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. 9), 1973.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe; comentado por Napoleão Bonaparte*. 11ª ed. São Paulo: Hemus Editora, © 1977.
- MAY, Rollo. *O significado de ansiedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MCGRATH, Alister E. *A vida de João Calvino*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Elogio da filosofia*. 2ª ed. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, (Coleção Idéia Nova), (1979).
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 2001, 4 Vols.
- MOREIRA, Marcílio M. *De Maquiavel a San Tiago: ensaios sobre política, educação e economia*. Brasília, DF.: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- MOREIRA, Marcílio M. O Pensamento Político de Maquiavel: In: *Maquiavel, O Príncipe – Estudos*, Brasília, DF.: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- PAIM, Antonio, et. al. *As grandes obras da política em seu contexto histórico*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1999.

- PANNIER, Jacques. Introdução (às) *Institutas da religião cristã: edição especial com notas para estudo e pesquisa*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, Vol. 1.
- PIPER, Otto A. *A interpretação cristã da história*. São Paulo: 1956 (Coleção da Revista de História).
- RENAN, Ernst. *Études D'Histoire religieuse*. Paris: Michel Lévy Frères, Libraires-Éditeurs, 1857.
- ROUSSEAU, J.J. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. 24), 1973.
- SPITZ, Jean-Fabien. Maquiavel: In: CANTO-SPERBER, Monique. org. *Dicionário de ética e filosofia Moral*. São Leopoldo, RS.: Editora Unisinos, 2003, Vol. 2, p. 125-128.
- TILLICH, Paul. *A coragem de Ser*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- TILLICH, Paul. *História do pensamento cristão*. São Paulo: ASTE., 1988
- TOUCHARD, Jean. *História das idéias políticas*. Lisboa: Publicações Europa-América, © 1959, 2 Vols.
- WALLACE, Donald S. *Calvino, Genebra e a reforma*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

Maringá, 15 de outubro de 2008.

Hermisten Maia Pereira da Costa